Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

USO DE RELATOS DE VIAGEM PELO IHGRGS
Forjamento da identidade “una” do gaúcho

USO DE INFORMES DE VIAJE POR PARTE DEL IHGRGS
Forjando la identidade “única” del gaúcho

LARISSA BARTH[1]

RESUMO

As teorias raciais passaram a ser altamente difundidas na Europa a partir do século XIX, quando o termo raça começou a ser utilizado de maneira ideológica para distinguir de maneira degenerativa seres humanos. Essas teorias influenciaram muitos dos viajantes naturalistas que vieram ao Brasil durante o mesmo século, os quais escreverem relatos de viagem inseridos nos ideais teóricos que estavam em voga na Europa. Esses relatos foram amplamente divulgados, corroborando com a difusão de representações estereotipadas e racializadoras sobre as populações brasileiras, principalmente ao que se refere aos povos indígenas e população negra. A partir da circulação de saberes, os relatos de viagem também passaram a ser amplamente utilizados no Brasil, por instituições como o IHGB e IHGRGS. O objetivo do presente artigo é mostrar como esses relatos (imbricados por teorias raciais) foram utilizados pela historiografia clássica gaúcha para se criar uma história e identidade una do estado, o que gerou consequências vivenciadas até os dias de hoje.

Palavras-chave: Teorias raciais; Relato de viagem; IHGRGS; Identidade.

RESUMEN

Las teorías raciales adquirieron una gran difusión en Europa a partir del siglo XIX, cuando el término raza comenzó a utilizarse ideológicamente para distinguir a los seres humanos de forma degenerativa. Estas teorías influyeron en muchos de los viajeros naturalistas que llegaron a Brasil durante el mismo siglo, quienes escribieron relatos de viaje basados en los ideales teóricos que estaban en boga en Europa. Estos informes fueron ampliamente publicitados, corroborando la difusión de representaciones estereotipadas y racializadoras sobre las poblaciones brasileñas, especialmente en lo que respecta a los pueblos indígenas y la población negra. A raíz de la circulación del conocimiento, los

[1] Mestranda em História (UFGD); Dourados, MS, Brasil; email: larissa.barth18@outlook.com

informes de viajes también comenzaron a ser ampliamente utilizados en Brasil, por instituciones como el IHGB y el IHGRGS. El objetivo de este artículo es mostrar cómo estos relatos (entrelazados con teorías raciales) fueron utilizados por la historiografía clásica de Rio Grande do Sul para crear una historia e identidad únicas del estado, lo que generó consecuencias percibidas hasta el día de hoy.

Palabras-clave: Teorías raciales; Informe de viaje; IHGRGS; Identidad.

INTRODUÇÃO

A partir do século XVI o mundo passou a ser marcado pela expansão de uma cultura econômica mercantilista que gerou o sistema de colonização, imbricado pelos processos de violências aos povos considerados subalternos, já que esses eram tidos como não "civilizados". O colonialismo portanto gerou um sistema de morte, aculturação, e destruição, moldado e justificado pelo ideal de levar "civilização"[2] para o então "novo mundo".

> A linguagem da missão civilizadora está presente, particularmente na noção de que existe um "nós" e um "outro", cada qual construído a partir da oposição hierárquica entre a suposta superioridade do "nós" europeu, associada à cultura ocidental, e a suposta inferioridade do "outro nativo" (Zubaran, 1999, p. 21).

A partir desse ideal de levar "civilização", passam a surgir outras teorias para corroborar com os processos do colonialismo/neocolonialismo. A partir do surgimento do positivismo no século XIX, o homem passou a ser objeto cientifico, dando origem aos estudos do que veio a ser conhecido como "racismo científico", que defendia a ideia de que existiam evidências para se justificar a ideia de raças superiores e inferiores. Esses ideais surgidos na Europa, passam então a servir como pressuposto para justificar o sistema colonial de opressão aos povos considerados de "raças inferiores".

Nesse sentido, o termo raça passou a ser utilizado para distinguir seres humanos, sendo esse um conceito que carrega disputas de poder, além do seu

[2] Sobre o conceito de civilização, olhar AZEVEDO, André Nunes de. *A gênese e o desenvolvimento da ideia de civilização na Europa: da Idade Moderna ao século XIX.* Revista Intellectus, v. 02, 2004.

caráter histórico e ideológico, pautado principalmente entre uma disputa entre a Europa e os considerados "novos mundos": "as *raças* são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças" (Gomes, p. 49).

O racismo científico ainda levou em voga as chamadas teorias raciais, que passam a surgir a partir do século XIX, e que deram aporte para desvalorização, invisibilização e processos de violência contra a população negra, indígena e mestiça do Brasil. Destaco aqui algumas dessas, como o darwinismo social, que teve Herbert Spencer, filósofo, biólogo e antropólogo inglês, como um de seus principais precursores, defende a sobrevivência dos mais aptos dentro de um sistema, sendo que esses seriam os de raça pura – os brancos. Isso gerou o ideal de raças inferiores e superiores, além do enaltecimento das consideradas raças puras (teoria que vai influenciar a valorização do arianismo durante o nazismo).

Outro influente da época foi Arthur de Gobineau[3], que veio ao Brasil em 1869 por uma missão diplomática (enviado por Napoleão III), e acabou travando amizade com D. Pedro II. Gobineau dizia que a miscigenação levaria a raça humana a degeneração física e intelectual, e para ele o caso do Brasil era de um país sem futuro, já que era marcado pelas raças consideradas inferiores. A miscigenação presente no país portanto levaria a um alto nível de degeneração que faria com que a população desaparecesse, e para ele a única solução seria a vinda de imigrantes europeus, para que se tivesse um processo de embranquecimento da população. Também é importante destacar aqui a criação do conceito de eugenia, sistematizado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883. A eugenia pautava-se em uma ideia de intervenção na reprodução das populações para assim chegar em um melhoramento das raças. Essas teorias aqui destacadas, dentre outras, tomaram o imaginário social da população, para justificar a dominação e superioridade de algumas raças perante outras,

[3] Diplomata, escritor e filósofo francês. Escreveu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1855)*, uma de suas obras que teve mais destaque, sendo uma das primeiras a tratar de eugenia e racismo no século XIX.

marcando toda a violência ocorrida em períodos históricos como o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, nazismo, e que é percebido até os dias de hoje.

Esse imaginário social parte de construções, portanto deve-se ater às motivações e aspirações que o promovem, além dos grupos sociais: "O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais" (Baczko, 1985, p. 310).

Portanto, como essas teorias raciais estavam ligadas a manutenção de poderosos sistemas colonialistas, os governos e instituições ligados a esses sistemas, e que se beneficiavam de tais, propiciavam grande difusão das teorias, garantindo sua influência em diversos meios. Nesse sentido, quanto mais poder determinado grupo possuí, mais suas ideias serão difundidas. Um exemplo seria o I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres (1911), onde o objetivo do evento (segundo a circular encaminhada pelos organizadores do congresso) era:

> Discutir, à luz da ciência e da consciência moderna, as relações gerais existentes entre os povos do Ocidente e do Oriente, entre os assim chamados brancos e os povos de cor, com a intenção de encorajá-los a um amplo entendimento, com os mais amigáveis sentimentos e a mais saudável cooperação (Spiller, 1911, p. XIII).

Na prática o que estava em discussão era a questão da dominação da raça nos países colonizados, e a própria manutenção do imperialismo/neocolonialismo. O Brasil fora representado no Congresso pelo médico e cientista João Baptista Lacerda, onde apresentou o artigo *Sobre os mestiços do Brasil*, defendendo a miscigenação como algo positivo, no sentido de que a raça branca se sobressairia às outras, levando ao embranquecimento da população brasileira. Durante a sua apresentação chegou a apresentar uma cópia do quadro "A redenção de Cam"[4] para ilustrar o modelo de sua teoria. Ao

[4] Pintura a óleo sobre tela realizada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895. A obra aborda as teorias raciais e o fenômeno da busca pelo "embranquecimento" gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação.

analisar seu discurso, é possível perceber como seus ideais vão de encontro com o pensamento racial vigente na Europa.

Essas teorias raciais portanto ferviam diante do mundo, gerando influencia em diversos países, instituições e sujeitos, o que levou a uma ampla circulação de saberes, termo defendido pelo historiador Kapil Raj (2015), onde "a perspectiva circulatória confere ação a todos os envolvidos no processo interativo de construção do conhecimento", mostrando ainda como o "ser colonizado e atuar não são antitéticos" (Raj, 2015, p. 172).

Este é o caso do Brasil, que mesmo sendo país colonizado e marcado pelos processos de violência racial até os dias de hoje, não teve entraves para que, de maneira contraproducente, teóricos brasileiros incorporassem as teorias raciais vindas da Europa para se tratar por exemplo das políticas de imigração (embranquecimento da população brasileira), ou até do forjamento da história e identidades nacional/regional pelos Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro (IHGB) e/ou Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que acabaram invisibilizando a população negra e povos indígenas.

De acordo com Schwartz (2005), o uso dessas teorias raciais no Brasil, se justificavam pelos interesses do período, aliados ao contexto nacional de uma tentativa de se forjar uma identidade nacional ao país, o que perpassou por disputas de poder:

> Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (Schwartz, 2005, p. 16).

Nesse sentido as teorias raciais passaram a ser utilizadas para mobilizar a criação e forjamento de uma história considerada "verdadeira" e da ideia de uma identidade una brasileira, sendo essas excluidoras da pluralidade étnico-racial, e imbricadas de discursos que privilegiavam determinados grupos sociais, os quais foram beneficiados pelas disputas de poder intrínsecas durante esse

processo de construção de identidades pelos "homens de sciencia", que "tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positivista e determinista, utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação" (Schwartz, 2005, p. 17).

O destino da nação passou a ser marcado, portanto, por estereótipos raciais, construídos a partir das influencias das teorias vindas da Europa, como também dos relatos de viagem produzidos por estrangeiros que vinham ao Brasil, conforme tratarei a seguir.

1. Os viajantes-naturalistas e as teorias raciais

É também no século XIX quando muitos viajantes-naturalistas passam a vir para o Brasil, explorar o que para eles era tido como "novo", pois até então o que "conheciam" sobre o território brasileiro era fruto de cartas e relatos de portugueses. Impulsionados pela abertura dos portos as "nações amigas", pelo fim das guerras napoleônicas na Europa (que permitiu a retomada da circulação pelas fronteiras), retomada do interesse pelos estudos de natureza e prorrompimento do imperialismo europeu, esses viajantes encontraram o momento oportuno para explorarem e fazerem ciência em terras incógnitas por eles.

Nesse momento muitos dos viajantes eram patrocinados por instituições ou governos, pois existia ali uma grande rede de interesses quanto ao que esses naturalistas iriam encontrar no Brasil. Um exemplo foi o viajante George Gardner, que veio ao país em 1836 por patrocínio de um botânico inglês chamado William Hooker, com o objetivo de coletar espécies botânicas para serem levadas para Museus da Inglaterra. Ou então Saint-Hilaire, que vem em Missão Oficial, que fora financiada pela França e subsidiada pelo Brasil.

> O projeto dos viajantes europeus do século XIX consistia em produzir aquilo que eles denominavam "informação", caracterizado, particularmente, pela preocupação com o progresso científico, com a coleta de dados e a divulgação do conhecimento empírico. De acordo com Pratt (1999, p. 121), essas narrativas de viagem conectaram dois processos globais que tinham sido ideologicamente cindidos: a expansão do edifício de conhecimento da história natural e a expansão do sistema de mundo

capitalista (Zubaran, 1999, p. 20).

Importante ressaltar que os viajantes eram provenientes de um universo cultural totalmente diferente do que irão se deparar em suas expedições. A Europa do século XIX já passava pela industrialização de cidades, além das teorias raciais que estavam em alta, corroborando para sua visão acerca do que irão encontrar, e que podem ser percebidas em seus relatos de viagem, que não passam de representações, e que essas "são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam" (Chartier,1990, p. 07).

A pesquisadora e professora Linda Tuhiwai Smith, em seu livro *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* defende a ideia de comos esses viajantes também se tornaram perpetuadores do colonialismo, na medida em que "todos eram herdeiros do imperialismo e haviam aprendido perfeitamente os discursos de raça e gênero, as regras do poder, a política do colonialismo. Eles se converteram em colonizadores" (Smith, 2021, p. 21).

Destaco aqui também o viajante francês Louis Fredéric Arsène Isabelle (1807-1888), que realiza sua expedição sem nenhum patrocínio, garantindo que esse escrevesse seus relatos com maior "liberdade", já que não precisava se preocupar em manter boas as relações entre Brasil e França. O viajante percorre algumas localidades do Uruguai, Argentina, e no Brasil passa pela antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tinha como objetivo "fazer uma coleção completa de representantes da história natural de todas as regiões que percorresse" (Laytano, 1983, p. 110).[5]

Durante sua passagem pela antiga província gaúcha, Isabelle descreve diversos aspectos da sociedade que ali encontra. Nota-se que ao relatar sobre os povos indígenas e ex-escravizados, os trata com desdém, na condição de inferiores, diferente de quando passa pela antiga colonia de São Leopoldo, e encontra imigrantes alemães:

[5] O viajante chegou a enviar algumas espécies botânicas, geológicas e zoológicas para o Museu de Paris, contudo não teve resultados científicos apreciáveis. No Rio Grande do Sul também coligiu amostras de madeiras fósseis, sendo que alguns dos troncos fossilizados estão atualmente no Museu de História Natural e no Instituto de Perforaciones Geológicas, em Montevidéu - Uruguai.

> A colônia de S. Leopoldo, só, contava oito mil; é verdade que sob a denominação de alemães, compreendiam-se os imigrantes de todas as nações; por mais fraca que seja a população alemã, em confronto com o número de brasileiros, tem ela contudo uma grande importância moral porque seu exemplo não deixará de estimular, cedo ou tarde, o caráter apático dos brasileiros. Desde agora, ela fez tudo o que se tinha direito de esperar dela, e os melhoramentos introduzidos nas artes e na cultura já são tais que o aspecto desta grande província mudou de tal maneira a ponto de torná-la irreconhecível aos olhos daquelas que a percorreram antes da guerra do Brasil com a República Argentina. (Isabelle, 1983, p. 82/83).

Isabelle reforça como os imigrantes alemães seriam importantes para a constituição do Brasil, no sentido de tentar levar a civilização para o país. Em outro momento, ao se referir aos povos indígenas, o viajante diz: "Mas a preguiça e a indolência dos naturais são um obstáculo a qualquer espécie de inovação útil; seria necessário que os estrangeiros dessem o exemplo" (Isabelle, 1983, p. 47), já pontuando, portanto, a necessidade da intervenção de estrangeiros (os europeus) para que o país chegasse ao progresso.

Durante sua passagem pela capital Porto Alegre, o viajante relata: "em meio de negros embrutecidos, circulando misturados com bodes e cabras que se apinham na via pública" (Isabelle, 1983, p. 59). Em outro momento, Isabelle descreve:

> Os fardos, por pesados que seja, são transportados pelos negros para o pátio da alfândega para serem vistoriados; dali outros negros (porque a raça africana desempenha no Brasil a profissão de cavalos e mulas) os transportam para o seu respectivo destino (Isabelle, 1983, p. 61).

Nota-se como a condição dos negros é posta junto a animais, e também comparando-os, como uma forma de desumanizá-los e pontuar que esses seriam uma raça inferior. Ademais, "mesmo um viajante estrangeiro podia perceber que nas cidades do Rio Grande do Sul, assim como em outras do Brasil, o trabalho manual estava associado a condição de escravo" (Zubaran, 1999, p. 24), como se essa fosse condição inerente da população negra, ou seja, serem tratados como animais de carga.

Quando os viajantes retornavam para Europa eram recebidos com pompa, participavam de conferencias públicas, e diversas sociedades cientificas os aguardavam ansiosamente para discutir o que eles teriam encontrado no Brasil. Desse modo seus relatos serviam para dar respaldo as teorias raciais, além de criar estereótipos em relação aos diferentes povos que viviam em terras brasileiras: "O significado das narrativas dos viajantes e aventureiros e o modo como eles representaram o outro perante uma plateia geral na volta à Europa fixou ideias no meio social e cultural" (Smith, 2021, p. 20). Ademais, devido ao grande poder de difusão esses "relatos dos viajantes tiveram grande alcance" (Smith, 2021, p. 20).

No caso do Brasil, esses relatos se tornaram provenientes de uma circulação de saberes, e passaram a ser utilizados e amplamente divulgados pelo IHGB. Esses passaram a estar inseridos em obras que hoje são consideradas "clássicas" da historiografia brasileira. Como no caso de *Capítulos de História Colonial*, de João Capistrano de Abreu, onde o historiador reproduz relatos de viajantes, para "elucidar distintos aspectos da história nacional" (Franco, 2009, p. 02).

> O historiador estava preocupado em tomar os relatos como obras fornecedoras de informações, dados, fatos e costumes. Não é possível identificar, como é prática corrente hoje, o cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador. Desta maneira, certos preconceitos - de que estavam impregnadas as narrativas -, acabavam sendo transpostos para a obra historiográfica. A título de exemplo, um trecho de Spix e Martius é citado para tratar dos "dengues e requebros lascivos" das mulatas da Bahia, ao que Capistrano acrescenta o comentáriode que os mulatos eram "gente indócil e rixenta". (Franco, 2009, p. 04)

Para além do uso pelo IHGB, ressalto aqui o IHGRGS, o qual tratarei especificamente na próxima parte.

2. O IHGRGS e o uso dos relatos de viagem

> Os olhares dos viajantes guiaram a construção de imagens fundadoras do Rio Grande do Sul, em grande medida assimiladas e difundidas por autores importantes da historiografia regional. Considerando nosso objetivo, vale

> lembrar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico em 1922, que consolidou, por meio dos historiadores a ele vinculados e de seus estudos, o que se convencionou chamar de "historiografia tradicional gaúcha", tributária, em grande medida dos relatos inaugurais produzidos pelos cronistas do período colonial. Cabe ressaltar que esses intelectuais buscaram nas ciências sociais europeias os fundamentos teóricos de suas obras (Fleck, p. 274).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) foi criado em 1922 com o objetivo de promover e divulgar a história do estado, se tornando a principal instituição difusora de conhecimentos neste espaço, até a década de 1950. Sua antecedência remonta a 1853, quando João Lins Cansanção de Sinimbu (1810-1906), presidente da então antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, criou o Instituto Histórico da Província de São Pedro (IHGPSP), a partir dos moldes do IHGB em criar centros de estudos pelo país, para incorporar as histórias das províncias em uma narrativa oficial do Brasil.

Entretanto, devido ao afastamento de Sinimbu de seu cargo público, o IHGSP acabara por perder sua força. Em 1860, Manuel Marques de Sousa (1804-1875), barão de Porto Alegre, retoma a ideia de refundar o Instituto, sendo novamente ligado ao governo provincial da época. Com pautas liberais progressistas, eles enviaram comissários para as cidades mais importantes da antiga província para se construir um congênere do IHGB. Devido ao surto de cólera em Porto Alegre, nos fins de 1855 e início de 1856, e da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os trabalhos acabaram sendo finalizados. Após a Guerra, o cenário político ali já era outro, impedindo a criação de uma Instituição posta como cultural atrelada ao governo.

Portanto, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) só ocorreu em 1922 consolidando o surgimento da "historiografia tradicional gaúcha". Dentre os fundados do IHGRGS, cito aqui o político Afonso Aurélio Porto (1879-1945), o tenente Emílio Fernandes de Souza Docca (1884-1945), e o padre João Batista Hafkeymer, além do apoio decisivo do então governador Borges de Medeiros (1863-1961). Percebe-se portanto que a historiografia surgida ali perpassou por homens brancos considerados "importantes", provenientes de uma elite, onde seus ideais ligados às questões

militares e religiosas passam por uma valorização perante a historiografia, refletindo em disputas de poder para constituição de uma história para o estado.

Para além disso, essa historiografia muito utilizou dos relatos de viagem em seus textos, contudo privilegiando o uso fiel dessas obras, utilizando-as como fatos exemplares de como seriam a sociedade e cultura. Os teóricos não levaram em consideração todo o universo cultural o qual os viajantes estavam inseridos no momento de produção desses relatos, além de não analisá-las com criticidade.

> Embora sejam fontes fundamentais para o levantamento de dados qualitativos, uma vez que o viajante é um "observador atento e privilegiado", esses relatos devem, necessariamente, passar por um "crivo analítico" (...). Assim, para terem seu significado decifrado, os relatos dos viajantes devem, necessariamente, considerar a articulação texto e contexto (Fleck, p. 274).

Assim, a representação racializadora e estereotipada dos viajantes passa a ser utilizada e reproduzida como fato fidedigno para construção da história do Rio Grande do Sul. Para além de viajantes naturalistas, outro exemplo seria a obra do padre Antonio Sepp von Rechegg, descendente da aristocracia austríaca, tornou-se jesuíta e administrador de colônias jesuítas na América. Em *Viagem às Missões jesuíticas e trabalhos apostólicos,* obra original do século XVIII[6]*,* o padre relata seu trabalho de catequização dos povos indígenas, e apresenta suas representações sobre os mesmos.

Essa é uma das obras citadas pela historiografia clássica sobre o período das missões jesuítas no Rio Grande do Sul, e no caso "suas apreciações sobre os guaranis estão marcadas por um tom francamente jocoso, cuja divulgação deve ter dado sua parcela de contribuição na construção de uma imagem desqualificadora desses índios" (Fleck,p. 278).

Outro exemplo são os relatos produzidos pelo viajante e militar Félix Francisco José Pedro de Azara y Perera (1742-1821), que realizou diversas expedições no continente americano para conhecer a geografia, fauna e flora, e

[6] Uma das versões traduzidas e utilizadas na pesquisa: Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. Tradução de A. Reymundo Schneider; introdução por Wolfgang Hoffmann Harnisch. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, v. XI, 1973.

os "homens" que aqui viviam, sendo seus relatos, futuramente, citados pelo viajante Arsène Isabelle, e referenciados por Charles Darwin. Quando esse vai falar sobre os indígenas, fica clara a influencias de ideais raciais, os associando a animais selvagens. Ademais, sua análise e a construção de seu olhar sobre o Rio Grande do Sul é pautado em um universo cultural europeu, totalmente diferente do que vai encontrar:

> Ao referir-se aos indígenas, Azara não se desvinculou de seus (pré)conceitos, associando-os a selvagens e animais. Apesar de enfatizar que "hoy ninguna de estas naciones come carne humana" (AZARA, 1998. t. 2, p. 7) não descuidou de informar que encontravam-se no "estado más atrasado que el del primer hombre descrito por alguns sábios" (p. 8-13). (...) Para descrever a rusticidade e a falta de civilidade, Azara instituiu no desconhecimento de bailes, canções, instrumentos musicais, na "falta de religión, de educación, de leys, de recompensas, de castigos, de danzas" (p. 13, 21, 27). Essa percepção viria justificar a dominação e subjugação do índio selvagem, por não estarem aptos à convivência civilizada. (Fleck, p. 295)

Da mesma forma o viajante Arsène Isabelle, que ao se referir aos indígenas presentes nas antigas missões jesuítas, diz: "Essas Missões, diz o Snr. Rengger, têm sido, entretanto de utilidadepara proteger os índios; mas em vez de os fazer entrar no caminho da civilização, a fim de um dia conseguir torná-los cristãos, os jesuítas não formaram senão autômatos, que eles exploravam para as suas conveniências" (Isabelle, 1983, p. 22). Nota-se então, a "preocupação" do viajante em relação à civilização que esses povos deveriam alcançar, sendo essa pensada deacordo com o molde europeu estabelecido. O viajante ainda os trata como "bugres, índios antropófagos" (Isabelle, 1983, p. 48), remetendo a ideia de que esses são seres selvagens.

O viajante Azara faz comentários sobre a nudez, sexualidade e casamentos que reforçam sua tese de que os povos indígenas seriam selvagens, principalmente no caso das mulheres. É importante se ater ainda ao momento pelo qual Azara passa pela região, sendo após expulsão dos jesuítas, o que provocou a decadência das Missões, levando a um processo de tentativa de retomada da cultura e costumes dos povos indígenas anteriores ao período de colonização.

Nesse momento muitos viajantes que passavam por ali, relatavam que

"era raro encontrar um homem a cavalo que não trouxesse a sua "china", ou seja, uma índia, montada à garupa" (Fleck, p. 296). Percebe-se que a "retomada" de seus costumes/cultura originária eram impossibilitadas pela violência, sendo nesse caso ainda perceptível uma romantização do estupro, já que essas mulheres indígenas passavam por violência física, moral e sexual para ficarem com seus "companheiros".

O uso desses trechos por teóricos, sem a criticidade necessária, influenciou o imaginário da população do Rio Grande do Sul, sendo inclusive utilizado em letras de música, como é o caso da música *Não chora minha china véia* do grupo Garotos de Ouro, lançada em 2001, onde em um trecho se diz: "Não chora minha china véia, não chora. Me desculpe se eu te esfolei com as minhas esporas", tratando dessa violência como algo "natural", dando ainda a ideia de que as mulheres indígenas estariam ali apenas para servir os homens, tendo que aguentar todos as violências caladas. A noção é de que os homens que a "levavam nas garupas" estariam salvando-as da vida selvagem, e elas deviam a eles favores por isso.

O viajante Saint-Hilaire, quando da sua passagem pela ainda então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, no início do século XIX, relata dados populacionais que lhe foramfornecidos por um guarda alfandegário, José Feliciano Fernandes Pinheiro, de que existiriam 31.000 brancos e 20.611 negros. Só de se constatar tais dados, deve-se indagar como pode a historiografia tradicional ter sido tão rasa ao tratar dos povos negros no sul do país, no sentido de invisibiliza-los.

> Em termos genéricos, a preocupação fundamental da historiografia neste período referia-se ao estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, seu passado político,no qual se destacavam estudos sobre brancos. (...) pouca ou nenhuma atenção deram ao estudo do negro. Tomaram como suas as afirmações do viajante francês Aguste de Saint-Hilaire em relação ao negro. (Gutfreind, 1990, p. 181)

O negro então foi tratado como inferior, "elemento degenerativo" e que deveria ser excluído da formação e história do estado, até que no final do século XX os novos estudos teóricos deram uma nova cara para historiografia gaúcha, passando a dar mais destaque a população negra e aos povos indígenas. A

mestiçagem era também muito criticada pelos viajantes, Saint-Hilaire chega a dizer que essa faria o Rio Grande do Sul perder sua "maior vantagem" que seria "possuir uma população sem mescla". Nesse sentido nota-se como o viajante estava respaldado dos ideais teóricos sobre raças superiores/inferiores e a miscigenação ser algo referente a degeneração.

Arsène Isabelle ao se referir à população negra, já os chama de "negros embrutecidos"(Isabelle, 1983, p. 59), construindo a ideia de que são um povo que se tornaram brutos e estúpidos, de que essa seria a condição imposta a eles perante as violências que sofrem na província, e a maneira como são tratados:

> Terei ocasião, mais adiante, de dizer algumas palavras sobre a sorte dos escravos, na província do Rio Grande. Viajantes que foram testemunhas da barbárie impiedosa dos colonos franceses e ingleses puderam achar o jugo dos escravos mais suportável, no Brasil; mas eu que vi negros livres, trabalhadores, fazendo viver os brancos, na categoria de homens, na República Argentina e Banda Oriental, peço me seja permitido achar sua sorte deplorável no Brasil e revelar a infâmia dos europeus que não têm vergonha de levar a imoralidade a ponto de fazer ainda clandestinamente o comércio de carne humana! (Isabelle, 1983, p. 61/62)

Infere-se ainda que o viajante já possuí alguns ideais contra a escravidão e toda a violência que os povos negros passavam, contudo, trata dos mesmos como passivos, de que esses estariam em uma condição inerente de serem escravizados ou mal tratados por serem negros: "os negros e mulatos são operários, quer dizer homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que têm necessidade de exercitar a sua inteligência, mas tem a desgraça de ser escravos e, sobretudo, deser negros" (Isabelle, 1983, p. 68).

Isabelle portanto percebeu os "códigos culturais locais e os significados de ser negro no Brasil" (Zubaran, 1999, p. 26), mas mesmo, em alguns poucos casos, tendo certo olhar "humanista" e que rompesse com o bloco ideológico das teorias em voga na Europa do século XIX, esses viajantes relatavam o negro como o "outro", em sentido de "oposição hierárquica aos valores dominantes da civilização europeia" (Zubaran, 1999, p. 29).

Outro ponto a se destacar são os próprios aspectos referentes a natureza, pois no século XIX os viajantes passam a ter uma visão menos negativa quanto

ao que encontravam no Brasil, embora continuassem a comparar com a Europa, e mostrar sua visão degenerativa em relação a população que aqui vivia.

Essa análise referente à natureza, clima, paisagens, também perpassa por todo um processo de poder. Lorelai Kury (2001) aponta para o conceito de "economia natural", na qual esses relatos se enquadram, ou seja, toda descrição dos viajantes referente aos aspectos voltados a natureza, operam dentro de uma série de outras informações, que buscam dar legitimidade a "utilização" desses meios. Sendo portanto essa utilidade ligada a um ideal capitalista de exploração, produção.

O viajante Saint - Hilaire dizia que a paisagem do Rio Grande do Sul era "magnífica", mas os homens já seriam bárbaros e selvagens. Já Arsène Isabelle dizia que não existia clima mais conveniente para os europeus do que o encontrado no Rio Grande do Sul, ou seja, elogia as condições climáticas, mas deixa claro que os europeus que teriam vantagem em viver ali. Desse modo é possível notar como os viajantes tinham olhar sobre a mesma referente a sua utilidade e exploração, numa tentativa inclusive de se alcançar a civilização e progresso. Nesse sentido, para se alcançar esse progresso, seria necessária a imigração de europeus para lidar com a natureza gaúcha, já que as pessoas dali não teriam capacidade para tal.

Ao abordar esta temática, destaca-se ainda a ênfase na natureza "agreste" que propicia um estilo de vida "rústico", como já delineado nas crônicas do coronel e engenheiro militar português Francisco João Roscio, presidente da então Capitania de Rio Grande de São Pedro, entre 1801 e 1803.: "O modo com que esta gente e povoadores costuma viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas, sem cômodos nem agasalho. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi" (Roscio Apud Fleck, p. 288).

A questão da natureza e da "fertilidade" das terras tornou-se ainda uma constante nos relatos de padres, engenheiros, militares e viajantes. Esses registros, que exaltam as condições naturais, a geografia, a fauna e a alimentação, foram amplamente utilizados pela historiografia tradicional para moldar a percepção do Rio Grande do Sul. Eles desempenharam um papel

crucial na construção da imagem desejada, influenciando a forma como se buscava apresentar a região. Ainda de acordo Prado (1999, p. 179) "a questão da natureza se faz presente na história das sociedades americanas e encontrou eco na construção de suas identidades".

Portanto esses relatos que valorizam os aspectos das paisagens tinham o intuito de demonstrar sua utilidade para exploração capitalista, pautando-se de descrições detalhadas sobre aspectos relacionados ao clima, flora, fauna, demografia, entre outros, construindo assim um imaginário acerca da natureza e suas "fontes de riqueza". Já no caso desses relatos utilizados pela historiografia, esses aspectos são valorizados no sentido de engessar uma identidade ligada as belezas naturais, e/ou ainda moldando uma perspectiva "rústica" e "simples" do gaúcho.

3. A construção da identidade una do gaúcho e suas consequências

De antemão é importante pontuar que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem por finalidade, desde sua criação, promover estudos voltados a História do estado, voltando principalmente a preservação da memória e identidade da população. Dentre seus sócios fundadores temos Emílio de Souza Docca, militar, "comprometido com as grandes questões de seu tempo, como a busca constante de uma identidade que refletisse o "caráter nacional" do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul" (Armani, 2012, p. 195), que por conta de sua carreira militar, sua obra demonstra grande afeição pelas Forças Armadas.

Vale ressaltar que a "identidade" que buscavam arquitetar, tinha caráter exclusivo, tornando-se inclusive objeto de disputa de poder;

> Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall, 2006, p. 59).

A partir daí pode-se perceber como os relatos de viagem foram utilizados pela historiografia gaúcha, para criar uma "identidade una", que vai tratar de

maneira racializada a população negra e os diferentes povos indígenas, colocando-os como inferiores, degenerativos, e excluindo os mesmos da formação sócio-cultural e histórica do estado, na medida em que ocorreu aspecto de valorização a uma figura una – o homem branco da elite.

A partir dos relatos utilizados pela historiografia, passou a se ter o enaltecimento da imagem do gaúcho como um rústico, simples, um forte. Para além disso, a construção do gaúcho como um corajoso, herói e com boas condutas militares, já que muitos relatos foram feitos em épocas de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, e outras lutas/guerras, como a Guaranítica e a Farroupilha.

> O crescente militarismo que caracterizou o início da década 1820, devido às contendas na Cisplatina, levou Saint-Hilaire a caracterizar os rio-grandenses como homens mais afeitos às lutas e dotados de coragem e de uma ética rudimentar, qualificando-os como extremamente corajosos e pouco dispostos à sujeição a uma disciplina regular. (Fleck,p. 306)

Com a criação do IHGRGS essas imagens passaram a ser incorporadas, moldando o queviria a ser o "gaúcho", sendo inclusive incorporado pela literatura fictícia como o "monarca das coxilhas", "centauro dos pampas", onde a "metade homem" teria os princípios da nobreza, e a "metade animal" representaria a força e bravura do gaúcho. Portanto,"a valentia, a hombridade, a defesa das causas justas e a perseguição dos ideais de liberdade estão presentes nas descrições sobre o meio e sobre o caráter feitas pelos cronistas dos períodos colonial e imperial, sendo responsáveis pelo delineamento ufanista rio-grandense" (Fleck, p. 307).

Em 1937, com a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, a escrita da historiografia gaúcha acabou se alterando. Isso se deu pois o governo dava ênfase a centralização do poder e construção de uma identidade nacional que fosse unificada, ignorado as proporções continentais do Brasil que deram origem a diferentes regiões com variadas culturas e identidades. Pelo regime ser ditatorial e autoritário, existia um controle das manifestações artísticas e culturais, priorizando então o que garantisse o fortalecimento do governo central e de sua identidade nacional unificada.

Nesse período portanto se tem um decaimento do regionalismo, suas manifestações eram desencorajadas ou até reprimidas, pois podiam atrapalhar o modelo pelo qual o governo central queria seguir. A partir daí, a historiografia passa a valorizar o gaúcho (o homem branco da elite) como defensor das fronteiras brasileiras na região do Rio Grande do Sul, e tratam da Revolução Farroupilha como um resgate da causa que seria defendida pelos farrapos: a república.

> Para tanto, o discurso desses primeiros escritos descreve a revolta encobrindo qualquer caráter separatista. Os farroupilhas seriam leais à nação, teriam apenas exigido mudanças na forma como a relação entre o centro e a província era fundada, incluindo a transformação do sistema político e produtivo (...) A memória da Revolução Farroupilha era transformada em ameaça velada, como um aviso de que a separação do restante do Brasil poderia ser a solução eleita quando o federalismo não fosse respeitado. (Menegat; Zalla, 2011, p. 56)

A ideia da "Revolução", portanto, foi algo forjado pela própria historiografia que almejava moldar uma identidade ao gaúcho, primeiramente como um "bravo", e que posteriormente passou a ser ligada ao nacional. Outro ponto é questionar se o conceito de Revolução se encaixa aos acontecimentos da então província gaúcha, pois uma revolução estaria ligada a transformações radicais nas estruturas sociais, econômicas e políticas, o que não aconteceu integralmente.

Seria essa então uma Guerra de Elite, pois a revolta pretendia negociar uma posição de maior prestígio para a elite gaúcha dentro do arranjo político do Brasil Império. A maioria dos apoiadores e financiadores da Guerra foram as pessoas ligadas a elite (que praticavam atividades ligadas à pecuária, ao comércio, à políticas e questões militares), que por conta de sua influência, conseguiam manipular outras camadas sociais para se envolverem na Guerra dos Farrapos diretamente. Muitos enviavam seus escravizados, os peões das grandes estâncias e até mesmo indígenas para participar efetivamente na luta direta.

Giuseppe Garibaldi, italiano que foi nomeado comandante da marinha farroupilha, e é constantemente lembrado como o grande herói, escreveu sobre a população negra que participou das lutas: "A gente que me acompanhava era

uma verdadeira chusma cosmopolita, composta de homens de todas as nações e de todas as cores. Os americanos na sua maior parte eram negros livres ou mulatos e, via de regra, os melhores e mais fiéis" (Garibaldi, 1910, p. 66/67). É portanto, notório a participação efetiva da população negra nas disputas[7], mas que acaba sendo totalemente invisibilizada pela historiografia tradicional. De mesmo modo, não se veem símbolos de memória que os retratem, ou sua identidade incorporada ao "gaúcho guerreiro".

Nesse sentido passa-se a notar duas matrizes historiográfico-ideológicas que perpetuavam a história do estado, que se divergiam principalmente na maneira de retratar a "Revolução Farroupilha";

> Grosso modo, a primeira, chamada platina - e aplicável até as produções historiográficas pioneiras como a obra de Varela -, apontaria para as trocas econômicas e culturais entre o Rio Grande e o Prata e tenderia a reconhecer, em algum grau, o caráter separatista da Revolução Farroupilha; a segunda, nascida com o IHGRGS, lusitana, marcaria o vínculo da região com a nação,desenhando o gaúcho heroico como defensor da fronteira portuguesa, e posteriormente, brasileira, no sul da América, e reinseriria a Revolução no ciclo de revoltas regenciais, afirmando seu caráter nacional, patriótico e redentor, na medida em que seus anseios republicanos anteciparam o destinomanifesto do país. (Menegat; Zalla, 2011, p. 61)

É ainda crucial ressaltar como, a partir de 1947/48, o movimento tradicionalista gaúcho[8] emerge e ganha força na região sul do país. Este momento marca o ressurgimento do regionalismo, retornando aos debates públicos, especialmente nos estados mais distantes da região central. Os novos meios de comunicação em massa tornam-se grandes aliados, utilizando amplamente o cinema e o rádio para proferir os discursos regionalistas.

> O projeto de 'invenção de tradições' posto, então, em prática no Rio Grande do Sul pelo movimento tradicionalista operara com representações sociais de longa duração,incluindo as imagens literárias e historiográficas construídas pela escrita erudita local já citadas aqui. Sua grande eficiência na 'conquista de almas',

[7] Ver mais sobre em *Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha (2008)*, de Raul Carrion.

[8] O movimento passou a ser construído por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. É uma associação civil que tem os objetivos de congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins para construir uma associação que permita padronização dos procedimentos e atividades realizadas, e preservação dos núcleos de formação gaúcha.

> ao longo da década de 1950, se dera tanto pela utilização da imprensa rio-grandense quanto pela nova perspectiva ritual de civismo gaúcho, ancorada no aparato simbólico desenvolvido para encenação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o que incluiu uma sociabilidade inspirada na hierarquia idealizada da estância, dividida entre patrão e peões, o uso do folclore para a criação de danças tradicionais e, também, a invenção de um modelo de mulher tradicionalista, a 'prenda', cuja indumentária não tinha sequer correspondência histórica com o trajar das 'gaúchas' de outrora. (Menegat; Zalla, 2011, p. 63).

Duas figuras ganham destaque nos discursos regionalistas e nas representações realizadas pela mídia e pelos CTGs, o militar-estancieiro, símbolo de conquistador, defensor de território, e o camponês, bucólico, símbolo da povoação, peão, lavrador da terra o que teria "construído" o Rio Grande do Sul e garantido a economia e origem da cultura regional. Tenta-se criar ainda a ideia de uma "Democracia Social Sulina" (Menegat; Zalla, 2011, p. 64), na tentativa de se construir uma memória sobre o senso de justiça e igualdade que fazia parte do gaúcho.

Ademais, a ideia da democracia racial[9], desenvolvida por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala (1933),* foi muito bem aceita por teóricos tradicionais e grande parcela da população, configurando a ideia de que a mesma identidade forjada pelo IHGRGS se aplicaria a toda população do estado de maneira igualitária. Contudo, sabe-se que essa historiografia tradicional não contempla os estudos sobre os povos indígenas, população negra, criando uma ideia de identidade atrelada somente à elite (econômica, política ou militar) branca sul-rio-grandense.

> Contudo, através desta ausência, deste espaço em branco, é que se pode aquilatar o universo ideológico que permeava os historiadores gaúchos. Suas preocupações eram político-econômicas, sua ideologia conservadora e elitista, sua proposta, a construção de uma identidade para o Rio Grande do Sul e o gaúcho, acima de tudo lusitana, mesmo que obtusa ou

[9] Em *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão,* Nilma Lino Gomes discute como "O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial" (GOMES, p, 57).

> incompleta. O concurso do negro e do indígena na formação social sul-riograndese teria que aguardar uma outra conjuntura histórica no curso da História sulina. Oxalá, para tanto, estejamos aqui (Gutfreind, 1990, p. 185).

Nesse sentido, a partir da invisibilização e representação racializadora da população negra e povos indígenas pela historiografia tradicional, influenciados pelo uso fiel dos relatos de viagem, esses grupos étnicos não foram incorporados diante da imagem que se construiu sobre a identidade sul-riograndense. Sendo essa valorizadora do "gaúcho" como um homem branco, ligado a elite, sendo esse um "bravo e justo". A partir da década de 80, com novas correntes historiográficas e advento de novos estudos, esses grupos passaram a ter atenção e serem incorporados. Contudo, sabe-se que o caminho ainda é longo para total inserção dos mesmos, para além da luta contra o racismo sofrido cotidianamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias raciais ganharam força a partir do século XIX, momento em que muitos viajantes naturalistas passaram a vir para América realizarem suas expedições, com diferentes objetivos. Em seus relatos, é notável a influência desses discursos racializadores que acabaram ganhando espaço notório dentro de instituições científicas e academias, e permearam dentro do imaginário social da população.

Os relatos que esses viajantes escreviam eram altamente difundidos, colaborando para perpetuação de uma representação degenerativa e estereotipada sobre as populações que viviam na América, principalmente voltado aos povos indígenas e negros. A partir da circulação de saberes, esses relatos também passaram a ser utilizados por instituições brasileiras.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado com objetivo de resgatar e registrar a "verdadeira" história do Brasil, formando assim memória e identidade nacional. Nesse momento, sabe-se que os destaques eram voltados aos grandes heróis da pátria (homens brancos, da elite, normalmente voltados também as questões militares). Nesse momento Francisco Adolfo de Varnhagen escreve sua clássica obra *História geral do Brasil (1854),* onde utiliza

de relatos de viagem como respaldo sobre como a sociedade era, tinha-se portanto a necessidade de elaborar uma história que fosse verdadeiramente brasileira, una, que reforçasse a hegemonia da raça branca sobre a negra e a indígena (Varnhagen, 1849).

Para além dessa obra, pode-se citar outras clássicas como *Capítulos de História Colonial (1907)*, de João Capistrano de Abreu, *Raízes do Brasil (1936)* e *História geral da civilização brasileira (1960),* de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala (1933),* de Gilberto Freyre, onde os relatos de viagem aparecem como uma apropriação fidedigna: "a apropriação feita nos trabalhos mencionados é diversa, mas há uma atenção especial do historiador à descrição dos costumes e à coleta dos dados e informações, além de buscar uma ambiência histórica particular" (Franco, 2009, p. 06).

No caso do Intituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), pode-se perceber que o mesmo também incorporou dos relatos para se tratar da história do estado, e da constituição de uma identidade una do gaúcho. Devido a influência de grupos ligados a política, e setores militares, foi privilegiada uma identidade que perpetuasse as representações de homens brancos da elite, sendo essa excluídora de certos grupos étnico-raciais (população negra e povos indígenas), ou ainda representando-os como inferiores em relação a imagem do "gaúcho bravo e justo" que se forjou.

As mesmas teorias raciais que influenciavam os viajantes naturalistas, acabaram por circular nesses espaços e se difundiram a partir de uma historiografia tradicional gaúcha que perpetuou essas representações racializadoras. Na medida em que essas representações foram utilizadas para difundir a imagem/identidade que se queria ter do "gaúcho", acabou se excluindo grande parcela da população dessa identificação com seu lugar e história, acarretando dívidas presentes até os dias de hoje, onde o racismo estrutural tornou-se uma das consequências diárias vividas por tais grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Carlos Henrique. A História da Historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 05, n. 02, p. 193-207, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. Leach, Edmund et Alii - **Antropos-Homem.** Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. **Memória e Sociedade.** 2 ed. 1990.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVIIao XIX). **Da terra de ninguém à terra de muitos.** v. 01, p. 273-307.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX).** Departamento de História da USP, 2009.

GARIBALDI, Giuseppe. **Memórias.** Buenos Aires: Biblioteca de "La Nación", 1910.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-64, 2005.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS. Jul-Dez, p. 175-187, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Tradução e notas de Dante de Laytano. 2 ed, Porto Alegre: Martins livreiro, 1983.

KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas do século XIX. In: **Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2001.

LAYTANO, Dante de. Biografia e viagens de Arsène Isabelle. In: ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Tradução e notas de Dante de Laytano. 2 ed, Porto Alegre: Martins livreiro, 1983.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49-70, 2011.

PRADO, Maria Lígia Coelho, ***América latina no século XIX: tramas, telas e textos,*** São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

RAJ, Kapil. (tradução: Juliana Freire). Além do colonialismo... e pós positivism: circulação e a história global da ciência. **Revista Maracanan**, n. 13, 2015.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras, 6º ed. São Paulo, 2005.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas.** Curitiba: Editora UFPR, 2021.

SPILLER, Gustav (Org.). **Papers on inter-racial problems communicated to the first Universal Races Congress**. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (2016) [1849]. Memorial orgânico**:** uma proposta para o Brasil em meados do século XIX**. Ensaios introdutórios de Arno Wehling.** Brasília: FUNAG, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. ***Democracia contra o capitalismo*: a renovação do materialismo histórico.** Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 12, 1999.

Recebido em 03/10/2024

Aprovado para publicação em 16/12/2024